

Estatuto da Carreira Docente

Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores Deputados
Senhora e Senhores Membros do Governo

Todos sabemos da importância que a educação tem na construção e na edificação dos povos. É por ela, é através dela que preparamos os jovens para a inserção plena na sociedade, tanto no plano profissional como no plano mais alargado da cidadania, de resto tão maltratada nos últimos tempos.

Precisamente por isso, descuidar a educação é caminhar sem rumo é, em última instância, hipotecar o futuro das novas gerações, é, em suma, hipotecar o futuro dos Açores e dos Açorianos em geral.

O desenvolvimento dos Açores também depende da educação e, como é óbvio, depende directa ou indirectamente da função docente. Aliás, se aqui estamos hoje também o devemos aos nossos próprios professores e é bom que não o esqueçamos.

Dito isto, Senhoras e Senhores Deputados, **acreditamos numa escola motivada na busca da excelência** e acreditamos num estatuto que motive verdadeiramente os professores a essa busca da excelência e a superarem-se a si próprios. A garantia de um ensino de qualidade em função dos alunos só pode encontrar-se numa escola verdadeiramente motivada onde a conflitualidade e a instabilidade não tenham efectivamente lugar.

Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores Deputados
Senhora e Senhores Membros do Governo

Para que não restem quaisquer dúvidas, o **PSD considera que a avaliação é absolutamente necessária** na exacta medida em que deve ser o instrumento fundamental à motivação dos docentes e dos alunos à busca da tal excelência por todos nós pretendida. Os melhores, professores devem ser por isso justamente recompensados. Urge portanto separar o “trigo do joio” e isso é para nós condição essencial para a existência de uma escola de excelência entre nós.

Porque todos reconhecem na avaliação um instrumento essencial à excelência, mentem todos aqueles que insistem na vã tentativa de passar a ideia de que os professores não querem ser avaliados, como se a avaliação tivesse sido algum dia posta em causa por qualquer partido, ou como se os professores fossem contra a sua própria avaliação. Nada mais falso. Todos querem a avaliação desde que seja uma avaliação justa, que “separe as águas” e que promova verdadeiramente a escola de excelência, pois é aí que se joga a qualidade do ensino e conseqüentemente o futuro dos jovens e dos Açorianos em geral.

Por outro lado, estamos também absolutamente convictos que a estabilidade nas escolas é imprescindível à qualidade, que deve ser apanágio de um ensino de qualidade que sirva verdadeiramente os interesses dos alunos, cujo desenvolvimento de competências é essencial aos novos tempos vividos num mundo cada vez mais global e exigente.

Ao contrário disso, a instabilidade e a conflitualidade não conduzem à excelência e por isso são prejudiciais aos reais interesses dos alunos.

Senhoras e Senhores Deputados

Quando na anterior Legislatura se aprovou o Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores (ECD), dispunha-se que as faltas equiparadas a serviço efectivo, não relevavam para a avaliação dos docentes, desde que os docentes cumprissem 95% das actividades lectivas entretanto distribuídas.

Após a contestação levada a cabo pela generalidade dos professores, entendeu o Governo Regional proceder este ano a uma série de alterações ao ECD, que passou a ser omissivo quanto aos efeitos na avaliação das faltas equiparadas a serviço efectivo, ficando a assiduidade dos docentes regulada apenas pelo disposto no artigo 137º e seguintes, tendo inclusivamente sido considerada, na altura, uma evolução positiva, dado que criou a expectativa de não serem mais penalizados pelas faltas dadas por exemplo ao abrigo do Estatuto Trabalhador Estudante, o mesmo acontecendo na doença, nomeadamente para consultas de médicos especialistas fora da ilha de residência.

Em suma:

Passou-se assim a ideia, para a opinião pública em geral e para os docentes em particular, de que tinha havido uma intervenção legislativa que lhes era favorável, acabando por essa via a injustiça de que determinadas faltas tinham no capítulo da avaliação de desempenho.

Todavia, foi “sol de pouca dura” e passado cerca de dois meses o que era esperança, justiça e motivação deu lugar à decepção, à desmotivação e à instabilidade de novo nas escolas.

O que fora supostamente despenalizado no Estatuto volta a ser penalizado por Decreto Regulamentar, é a “política do ioiô” aplicada aqui ao sector da educação.

Com efeito, os formulários de avaliação de professores, que deveriam pôr em prática o Estatuto, ao invés de repararem a injustiça, voltam a penalizar, por exemplo, os professores na doença prolongada. Até mesmo os professores que tenham cancro, já penalizados na doença, são também penalizados na sua própria avaliação. O mesmo acontece em relação aos acidentes em serviço, no acompanhamento a filhos menores ou em caso de falecimento de um familiar. E nem mesmo o acompanhamento a filhos doentes e portadores de deficiência foi devidamente protegido pela “cegueira” socialista, que apenas vê números quando deveria ver pessoas.

O PSD quer um sistema de avaliação que promova a excelência no ensino. Não aceitamos um processo que vise apenas dificultar a progressão dos professores na carreira, de modo a poupar algum dinheiro que é depois mal gasto pelo governo em acções de propaganda ou de mera ostentação.

Precisamente por isso, o PSD fará uma proposta de alteração ao Estatuto da Carreira Docente que vise clarificar, de uma vez por todas, quais as faltas que terão efeito na avaliação docente, repondo assim a justiça que devem merecer as pessoas, os professores e os seus próprios filhos.

Perante os avanços e recuos neste famigerado processo, ficam perfeitamente claras as noções de justiça e solidariedade social perfilhadas

hoje pelo governo socialista que dá com uma mão aquilo que retira com a outra.

Fingiram, mentiram e atiraram areia para os olhos dos professores e são hoje perfeitamente incapazes de aprenderem com os erros tanto cá com César como lá com José Sócrates.

Tanto lá como cá, são incapazes de ler os sinais e nem mesmo a perda de 15 mil votos nas Legislativas Regionais e 12 500 nas Europeias fazem o arrogante poder socialista arrepiar definitivamente caminho.

Certamente, a cegueira socialista, o persistir nesse rumo, no erro e o manter um caminho amplamente contestado vos fará, sem dúvida, perder muito mais. Nessa altura entenderão os sinais e compreenderão toda a sua dimensão quando os Açorianos, cansados da arrogância, dos tiques e da falta de humildade democrática os atirarem definitivamente para a bancada da Oposição.

Disse

Sala das Sessões, 17 de Junho de 2009

Rui Ramos.